

MOEDA VERDE COMO FATOR DE TRANSFORMAÇÃO LOCAL: ESTUDO DE CASO EM IGARAPÉ-AÇU (PA).

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as discussões sobre sustentabilidade têm ganhado destaque. Um fato de destaque desse processo foi a definição da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas que estabelece os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODSs constituem um apelo global à ação para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, além de assegurar que as pessoas, em todos os lugares, possam usufruir de paz e prosperidade (ONU, 2025). Nesse cenário surge a moeda social, conhecida também como complementar, local, regional, comunitária ou alternativa (Blanc, 2011). De forma geral, o surgimento das moedas sociais ocorre em circunstâncias de recessão, que sofre de grave escassez de dinheiro em espécie o que dificulta a atividade econômica normal. No entanto, mais recentemente, as moedas têm sido adotadas como ferramentas estratégicas para atingir objetivos sociais e ambientais (Seyfang, 2000). As moedas sociais podem ser encontradas em diferentes países tais como Brasil, Japão, Uruguai, França, Senegal e México o que demonstra a grande diversidade de aplicações e em contextos culturais distintos (Gelleri, 2009).

No Brasil destaca-se a chamada moeda verde que é uma moeda social desenvolvida para incentivar a coleta seletiva e a reciclagem de materiais, ao mesmo tempo em que fortalece a economia local e promove a educação ambiental (Mello et al., 2022). De acordo com Diniz e Manoela (2025) a moeda verde surge como uma evolução natural, articulando política ambiental e economia local. A moeda verde leva esse nome pois busca estimular entre os moradores práticas de reciclagem em troca de moedas sociais para serem trocadas no comércio local. Um estudo realizado em 2025 pelo Centro de Estudos de Microfinanças e Inclusão Financeira (FGVcemif) da Fundação Getúlio Vargas, em parceria com o Laboratório de Informática e Sociedade (LabIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, analisou as propostas de governo dos prefeitos eleitos em 2024. A pesquisa identificou que aproximadamente 20% dos prefeitos eleitos incluíram em suas plataformas iniciativas relacionadas a moedas municipais, programas de transferência de renda ou economia solidária, evidenciando um movimento crescente de protagonismo municipal em políticas sociais e de desenvolvimento local (Gonzalez; Diniz; Luvizan, 2025). Nesse contexto, a *Moeda Verde* tem ganhado relevância como uma proposta inovadora de articulação entre economia e meio ambiente. Assim, compreender seus impactos em diferentes realidades torna-se fundamental para avaliar o potencial transformador desse tipo de iniciativa. Neste artigo, o objetivo é investigar o caso da moeda verde implementada na cidade de Igarapé-Açu (PA), em 2018, a partir da análise de dados secundários. Busca-se compreender de que forma essa moeda se manifesta e opera no município, bem como sua contribuição para a promoção da sustentabilidade local.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Moeda Social

O termo moeda social refere-se a uma moeda paralela criada e gerida pelos próprios usuários, sem vínculos obrigatórios com a moeda oficial, seu principal foco está na confiança e nos laços comunitários (Serrano e Gómez, 2022). Segundo Diniz et al. (2023) as moedas sociais são formas alternativas de dinheiro, geralmente emitidas e administradas por cidadãos, organizações não governamentais (ONGs), empresas ou administrações públicas locais. Rice (2014) define as moedas comunitárias como práticas de troca de bens e serviços que utilizam meios de pagamento distintos da moeda de curso legal. Já Oliver (2016) argumenta que as

moedas comunitárias são, em geral, iniciativas de base que buscam redefinir o conceito de dinheiro por meio de processos participativos. Conforme dados divulgados pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2024) o Brasil possuía 103 moedas sociais em operação desde 2002. A abordagem da nova economia para o consumo sustentável busca o desenvolvimento de novas ferramentas, entre as quais se destacam as moedas comunitárias, que têm como objetivo responder às necessidades sociais, econômicas e ambientais de uma comunidade (Seyfang, 2006). A moeda complementar influencia positivamente o funcionamento da economia local e dos agentes econômicos que pertencem ao sistema e promove a criação de condições importantes para o desenvolvimento local sustentável (Stepnicka, 2023).

2.2 Economia Circular

A economia circular é concebida como um sistema econômico regenerativo por natureza, que visa eliminar o desperdício e a poluição na origem, manter produtos e materiais em uso pelo maior tempo possível e regenerar os ecossistemas naturais (Ellen MacArthur Foundation, 2021). Esse modelo surge em resposta a um cenário global marcado pelo rápido crescimento populacional e pela intensa atividade econômica, que vêm exercendo uma pressão crescente sobre os recursos naturais e causando sérios impactos ambientais em diversos sistemas socioeconômicos (Munda, 1997). Nesse contexto, os pilares da sustentabilidade (Social, econômico e ambiental), tornam-se essenciais para garantir a qualidade de vida das gerações do presente e futuras (Meadows et al., 2004; Sachs, 2015). Ao integrar essas dimensões, a economia circular fortalece o caminho rumo ao desenvolvimento sustentável, promovendo modelos de negócios e padrões de consumo que enfatizam a eficiência no uso de recursos, a equidade social e a resiliência ambiental (Kirchherr et al., 2017). A transição para um sistema sustentável de produção e consumo requer a implementação e a ampliação de modelos de negócio mais sustentáveis e circulares no mercado (Geissdoerfer, 2023).

3 METODOLOGIA

Este estudo concentra-se na cidade de Igarapé-Açu (PA), com 39 mil habitantes, que implementou uma moeda social ambiental chamada “Moeda Verde” em 2018. O objetivo da iniciativa é transformar resíduos recicláveis em renda, promovendo tanto a conscientização ambiental quanto o desenvolvimento econômico local. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando o método de estudo de caso, considerado particularmente eficaz para explorar questões complexas, segundo Yin (2015), pois permite considerar múltiplas fontes de evidências. Essa abordagem é adequada ao caráter exploratório da pesquisa, que busca compreender os impactos socioeconômicos e ambientais da implementação da Moeda Verde em Igarapé-Açu. A análise baseia-se em dados secundários, coletados a partir de reportagens, entrevistas publicadas, documentos oficiais e materiais disponibilizados por parceiros do projeto, como o Sebrae. Além disso, foram considerados relatos da própria idealizadora da moeda, Carolina Magalhães, e informações sobre o funcionamento do banco social, a circulação da moeda, a adesão de empreendedores locais e os resultados sociais e ambientais do projeto. A análise documental complementa a abordagem do estudo de caso ao examinar materiais previamente produzidos, viabilizando a triangulação de informações e a obtenção de dados mais ricos e detalhados. Essa estratégia permite reconstruir o contexto local, mapear o funcionamento da iniciativa e avaliar seus impactos sobre a comunidade, abrangendo aspectos econômicos, sociais e ambientais.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Início do Projeto

Conforme Mello et al. (2022), o Movimento Moeda Verde (MMV) em Igarapé-Açu, representa uma iniciativa inovadora de economia solidária e educação ambiental, que se materializa na criação e circulação de uma moeda social própria, denominada “Moeda Verde”. Sua construção e implementação foram detalhadamente elaboradas para enfrentar desafios socioambientais e impulsionar o desenvolvimento local. O MMV nasceu em um cenário de destruição de ecossistemas locais, causada principalmente pelo descarte inadequado de lixo nas nascentes de igarapés e rios que circundam Igarapé-Açu (Ferreira, 2023). De acordo com relato da idealizadora da Moeda Verde, Carolina Magalhães, no vídeo Pitch do Banco Social Assubank (2023), a cidade paraense com cerca de 35.000 habitantes enfrentava problemas com 13 das 39 toneladas de lixo produzidas diariamente sendo descartadas irregularmente. A proposta da Moeda Verde surgiu como uma medida paliativa imediata para frear esse processo, incentivando a troca de material reciclável por uma moeda social com poder de compra no comércio local (Ferreira, 2023). De acordo com estudos de Cunha e Pinheiro (2022) a ideia foi pensada coletivamente por um grupo de moradores comprometidos com a causa ambiental, a partir de "rodas de conversas" denominadas “Café com ideias”, que se tornaram itinerantes, ocorrendo em quintais de casas e em outras instituições da cidade. O projeto foi inspirado pela experiência da Secretaria de Saúde de Santa Cruz da Esperança, em São Paulo, e foi adaptado para a realidade de Igarapé-Açu. O objetivo inicial era sensibilizar a população, em especial as crianças, para a realização da coleta seletiva e reciclagem, desenvolvendo uma consciência ecológica e promovendo a mudança de comportamento em relação ao descarte inadequado Mello et al. (2022).

4.2 Características e funcionalidade da Moeda Verde

De acordo com Mello et al. (2022), a Moeda Verde apresenta uma identidade visual distinta e segura, incorporando QR Code e número de série. Conforme relatado por Carolina Magalhães, em entrevista ao programa *Pequenas Empresas & Grandes Negócios*, da TV Globo, conduzida pelo repórter Pedro Lins (2025), uma cédula da Moeda Verde equivale a um Real (R\$ 1,00) da moeda corrente nacional. O sistema estabelece equivalências específicas para materiais recicláveis, promovendo a sustentabilidade e incentivando a reciclagem: 6 kg de plástico correspondem a uma Moeda Verde; 10 kg de papel ou papelão, 3 kg de ferro, 500 g de alumínio e 1 litro de óleo de cozinha reciclado também equivalem a uma unidade da moeda. Atualmente, o vidro ainda não é trocado, mas a cooperativa local funciona como ponto de acúmulo desse material (Coelho, 2024). O funcionamento envolve um ciclo de sustentabilidade: a população separa os resíduos recicláveis (papel, plástico, metal, vidro, lixo eletrônico, óleo de cozinha usado), que são coletados e trocados pela Moeda Verde (Cunha e Pinheiro, 2022). De acordo com Carolina Magalhães essa moeda pode ser usada para compras em estabelecimentos comerciais cadastrados no município, que já somavam mais de 52 empreendedores, que compreendem desde: Mercadinhos, funerárias, padarias e outros Lins (2025). De acordo com reportagem de Messias (2023), veiculada no programa *Como Será*, da TV Globo, o material reciclável coletado é posteriormente comercializado com empresas recicladoras situadas na cidade e na região. Os recursos financeiros obtidos por meio dessa transação são destinados à recompra das moedas verdes junto aos comerciantes parceiros, promovendo o fechamento do ciclo e reintroduzindo o valor na economia local.

4.3 Implementação e Expansão do Projeto

O ano de 2018 marcou o início do processo de convite à adesão popular ao projeto Moeda Verde, por meio de um grupo de pessoas conectadas na plataforma digital Facebook. O lançamento oficial do projeto reuniu aproximadamente 3.000 participantes e resultou na coleta de 2,5 toneladas de materiais recicláveis, os quais foram trocados por 800 Moedas Verdes (Mello et al., 2022). O projeto contou com o apoio institucional da ONU-Habitat e de cerca de 65 parceiros, incluindo empresários, pequenos comerciantes, agricultores, líderes comunitários, Ministério Público, Prefeitura, Câmara de Vereadores, Universidades, Igrejas e Escolas Messias (2023).

Até dezembro de 2020, o projeto havia encaminhado mais de 249 toneladas de resíduos para destinação adequada, injetando R\$ 7.325,00 em moedas verdes no comércio local, mobilizando 79 voluntários e gerando dez postos de trabalho formais, além de economizar R\$ 16.480,20 aos cofres públicos com a coleta de resíduos (Mello et al., 2022). Segundo reportagem de Pedro Lins (2025), já foram recicladas 690 toneladas de resíduos, existem 20 postos de trabalho voltados a pessoas em situação de vulnerabilidade social e 18 escolas com projetos de coleta seletiva implantados, além de o projeto impactar aproximadamente 20 mil pessoas. De acordo com a página oficial do projeto nas redes sociais (@moedaverdeigarape), a última atualização indica que, nos meses de março, abril e maio de 2025, foram recolhidos 29.279 kg de materiais recicláveis.

Em janeiro de 2020, foi realizada uma formação de mobilizadores sociais da Moeda Verde em Gravatá, Pernambuco. Em setembro de 2021, foi lançado o Moeda Verde Salinas (SAL), em Salinópolis (PA). Outros municípios, como Curuçá (PA), também desenvolveram trabalhos inspirados no modelo de Igarapé-Açu (IDEASSU, 2023; Mello et al., 2022; Cunha e Pinheiro, 2022). O movimento também resultou em economia para os cofres públicos com a diminuição da coleta de lixo (Cunha e Pinheiro, 2022). Em 2021, foi lançado o Banco Comunitário Moeda Verde. A inovação central do é a possibilidade do usuário pagar as parcelas dos empréstimos com resíduos recicláveis (Athaíde et al., 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a Moeda Verde se destaca no contexto da sustentabilidade na cidade de Igarapé-Açu. Com relação à sustentabilidade, avalia-se que há uma correlação evidente, uma vez que o ciclo de separação do material reciclável, troca pela moeda e uso no comércio local configura um ciclo sustentável. Como sugestão para estudos futuros, propõe-se realizar comparações entre moedas verdes de outras cidades e estados, a fim de identificar semelhanças e diferenças em termos de implementação e escala.

REFERÊNCIAS

ATHAÍDE, F. L. A. de; GONÇALVES, N. P.; RAMOS, H. R. Banco Comunitário Moeda Verde: uma proposta de ressignificação dos resíduos sólidos na Amazônia. In: 1º Congresso Internacional de Agronegócio, Tecnologia e Sustentabilidade, 2025, RJ.

BLANC, J. Classifying “CCs”: Community, complementary and local currencies’ types and generations. *International Journal of Community Currency Research*, 2011, v. 15.

COELHO, M. Empreendedora troca lixo por Moeda Verde, aquece comércio e já reciclou 690 toneladas de materiais. *Terra*, 2024. Disponível em:

<https://www.terra.com.br/planeta/meio-ambiente/empreendedora-troca-lixo-por-moeda-verde-aquece-comercio-e-ja-reciclou-690-toneladas-de-materiais.7d8e4462f621c2841503fed8ef06890er316634n.html> Acesso em: 13 ago. 2025.

DINIZ, E. H.; LORENZO, M. Moedas Verdes e Solares no Brasil: Inovações Financeiras para Justiça Ambiental e Inclusão Energética. *Portal FGV*, 26 jun. 2025. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/moedas-verdes-e-solares-no-brasil-inovacoes-financeiras-para-justica-ambiental-e-inclusao>. Acesso em: 16 ago. 2025.

DINIZ, E. H. et al. Moedas sociais e inclusão financeira: desafios para o desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 93–114, 2023.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. What is the circular economy? *Ellen MacArthur Foundation*, 2021. Disponível em: <https://ellenmacarthurfoundation.org/topics/circular-economy-introduction/overview> Acesso em: 23 jun. 2025.

FERREIRA, A. E. M. (Org.). *Interfaces socioambientais no antropoceno: “Pandemia da COVID-19 e suas interfaces socioambientais”*. 2. ed. Santarém, PA: Universidade Federal do Oeste do Pará, 2023. 85 p. il.

GEISSDOERFER, M.; SANTA-MARIA, T.; KIRCHHERR, J.; PELZETER, C. Drivers and barriers for circular business model innovation. *Business Strategy and the Environment*, v. 32, n. 6, p. 3814–3832, 2023.

GELLERI, C. Social currencies and their impact on local economies. 2009.

GONZALEZ, L.; DINIZ, E. H.; LUVIZAN, S. Moedas municipais, transferência de renda e economia solidária nas propostas dos prefeitos eleitos em 2024. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2025. Disponível em: <https://eaesp.fgv.br/producao-intelectual/moedas-municipais-transferencia-renda-e-economia-solidaria-propostas-prefeitos>

IDEASSU – Instituto de Desenvolvimento Amazônia Sustentável. *Portfolio de apresentação do Projeto Movimento Moeda Verde: onde a TS é desenvolvida*. 2023. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/storage/socialtecnologias/13389/files/Portfolio%20de%20Aprezentacao%20do%20Projeto%20Movimento%20Moeda%20Verde%20onde%20a%20TS%20e%20desenvolvida.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2025.

KIRCHHERR, J. et al. Conceptualizing the circular economy: An analysis of 114 definitions. *Resources, Conservation and Recycling*, [S.l.], v. 127, p. 221–232, 2017.

LINS, P. Projeto permite trocar materiais recicláveis por “moeda verde” para adquirir produtos. *Pequenas Empresas & Grandes Negócios*, TV Globo, 17 fev. 2025. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/13007293/> Acesso em: 23 ago. 2025.

MELLO, M. N. C.; MAGALHÃES, C. S. F.; LIMA, A. A. Economia solidária e moeda social: relato de experiência da criação do Movimento Moeda Verde, Igarapé-Açu (Pará). *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 25, n. 1, p. 247–259, jan./abr. 2022.

MOEDA VERDE IGARAPÉ-AÇU. Exemplar da Moeda Verde [Imagem]. *Facebook*, 2025. Disponível em: <https://www.facebook.com/moedaverdeigarape>. Acesso em: 13 ago. 2025.

MOEDA VERDE IGARAPÉ-AÇU. [Publicação no Instagram]. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/moedaverdeigarape/>. Acesso em: 23 ago. 2025.

MUNDA, G. Environmental economics, ecological economics, and the concept of sustainable development. *Environmental Values*, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 213–233, 1997.

OLIVER, L. Community currencies: A new tool for sustainable development. *International Journal of Community Currency Research*, [S.l.], v. 20, p. 21–34, 2016.

ONU BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 03 ago. 2025.

RICE, J. M. Exchange and the production of social life: Toward a theoretical understanding of social currencies. *Sociological Inquiry*, [S.l.], v. 84, n. 2, p. 235–259, 2014.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. Disponível em: <https://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>. Acesso em: 16 dez. 2024.

SACHS, J. D. *The Age of Sustainable Development*. New York: Columbia University Press, 2015.

SERRANO, L. A.; GÓMEZ, G. The social construction of trust and its role in the development of local currencies. *Ecological Economics*, [S.l.], v. 195, p. 107388, 2022.

SEYFANG, G. Sustainable consumption, the new economics and community currencies: developing new institutions for environmental governance. *Regional Studies*, v. 40, n. 7, p. 781–791, 2006.

SEYFANG, G.; LONGHURST, N. Growing Green Money? Mapping Community Currencies for Sustainable Development. Paper for SCORAI conference, University of East Anglia, Norwich, UK, May 2013.

SEYFANG, G. The Euro, the pound and the shell in our pockets: rationales for complementary currencies in a global economy. *New Political Economy*, v. 5, p. 227–246, 2000.

STĘPNICKA, N.; SADOWSKA, B.; WALASEK, R.; ZIMON, G.; BRZOZOWIEC, D. Sustainable local development in relation to complementary currencies on the example of the Polish currency Zielony. *Technological and Economic Development of Economy*, v. 29, n. 2, p. 618–652, 2023.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.